

**NENHUM DIREITO A MENOS**

## **Assembleia será realizada hoje, às 12h, no Ciclo Básico**

Os trabalhadores da Unicamp estão convidados a participarem da assembleia geral que será realizada hoje a partir das 12 horas, no Ciclo Básico.

O desafio da atividade é debater os efeitos das medidas de ajuste fiscal que o governo golpista de Michel Temer vem propondo e construir um calendário de atividades que integrem os técnico-administrativos na luta em defesa dos direitos dos servidores e dos serviços e patrimônio público conjuntamente com as demais categorias e setores da sociedade que se contrapõem a esse ajuste, que visa colocar nas costas dos trabalhadores e da população mais pobre o custo da crise econômica.

**Em Campinas, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo estão convocando uma manifestação para hoje, às 17 horas, no Largo do Rosário.**

Nacionalmente, a Fasubra está realizando uma rodada de assembleias para avaliar a situação em cada universidade para construir um calendário de mobilização conjunta com entidades sindicais e populares. As entidades nacionais avaliam a possibilidade de construir uma greve geral.

A diretoria do STU avalia que a hora é de fortalecermos a luta unitária para barrar esses ataques que atingem diretamente os servidores da Unicamp e os trabalhadores em geral.

### **Brasileiros rejeitam Temer e suas propostas de ajuste fiscal**

Em pesquisa divulgada na segunda-feira (18) o Instituto Vox Populi revelou que 80% dos trabalhadores do campo e da cidade rejeitam a proposta do governo Temer de aumentar a idade mínima para 65 anos com, no mínimo, 25 anos de contribuição. A pesquisa também revelou que 70% dos entrevistados são contra a PEC 241 - também chamada de "PEC do Juízo Final" -, que congela gastos públicos, em especial despesas com Saúde e Educação, pelos próximos 20 anos.

Temer é mal avaliado por 74% dos brasileiros. Só 11% avaliam Temer de maneira positiva e 15% não sabem ou não responderam.

A pesquisa foi encomendada pela CUT e realizada entre os dias 9 e 13 de outubro. Confira a íntegra da pesquisa no site do STU.

### **IMPORTANTE**

## **Eleição do Conselho de Representantes**

Nesta terça-feira (18) a diretoria do STU decidiu prorrogar o calendário de inscrições de candidaturas ao Conselho de Representantes (CR) do sindicato.

O objetivo é ampliar o processo eleitoral conforme a demanda das unidades para que a maioria dos locais de trabalho tenham representantes no conselho. Para dar início ao processo eleitoral nas unidades os interessados devem se apresentar ao STU.

Nos próximos dias a Comissão Eleitoral organizará um mapa de votação que contemple o maior número de unidades possíveis nos campi da Universidade.

A previsão é que o processo se estenda pelos próximos meses para cumprir a deliberação da assembleia que indicou a reorganização do CR como prioridade para fortalecer e unificar a luta dos trabalhadores.

### **Calendário de Votação**

**(20/10):**

**IA – 8 às 17h**

**FE – 8 às 17h**

**Divisão de Manutenção**

**(Obras) – 7 às 8h**



# PEC 241/2016: 10 questões para entender porque é um desastre

*Professora do Departamento de Economia da FEA-USP e doutora pela New School for Social Research (NYC), Laura Carvalho lista 10 questões que a PEC não resolve, justamente aquelas que a proposta promete solucionar, e ressalta que a degradação dos sistemas de saúde e educação será inevitável caso seja aprovada.*

## 1. A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos — 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

A falta de receitas é explicada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. Um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem pois não garante receitas, e serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação. A PEC garante apenas que a discussão seja somente sobre as des-

pesas.

A PEC também desvia o foco do debate sobre a origem da nossa alta taxa de juros — que explica uma parte muito maior do crescimento da dívida, já que refere-se apenas às despesas primárias federais. Uma elevação da taxa de juros pelo Banco Central tem efeito direto sobre o pagamento de juros sobre os títulos indexados à própria taxa SELIC, por exemplo — uma jabuticaba brasileira.

A PEC é frouxa no curto prazo, pois reajusta o valor das despesas pela inflação do ano anterior. Com a inflação em queda, pode haver crescimento real das despesas por alguns anos (não é o governo Temer que terá de fazer o ajuste). No longo prazo, quando a arrecadação e o PIB voltarem a crescer, a PEC passa a ser rígida demais e desnecessária para controlar a dívida.

## 2. A PEC é necessária no combate à inflação?

Também não. De acordo com o Banco Central, mais de 40% da inflação do ano passado foi causada pelo reajuste brusco dos preços administrados que estavam repressados (combustíveis, energia elétrica...). Hoje, a inflação já está

em queda e converge para a meta. Ainda mais com o desemprego aumentando e a indústria com cada vez mais capacidade ociosa, como apontam as atas do BC.

## 3. A PEC garante a retomada da confiança e do crescimento?

O que estamos vendo é que o corte de despesas de 2015 não gerou uma retomada. As empresas estão endividadadas, têm capacidade ociosa crescente e não conseguem vender nem o que são capazes de produzir. Os indicadores de confiança da indústria, que aumentaram após o impeachment, não se converteram em melhora real. Os últimos dados de produção industrial apontam queda em mais de 20 setores. A massa de desempregados não contribui em nada para uma retomada do consumo. Que empresa irá investir nesse cenário?

Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo.

## 4. A PEC garante maior eficiência na gestão do dinheiro público?

Para melhorar a eficiência é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos. A PEC apenas perpetua os conflitos atuais sobre um total de despesas já reduzido. Tais conflitos costumam ser vencidos pelos que têm maior poder econômico e político. Alguns setores podem conquistar reajustes acima da inflação, e outros pagarão o preço.

### **5. A PEC preserva gastos com saúde e educação?**

Não, estas áreas tinham um mínimo de despesas dado como um percentual da arrecadação de impostos. Quando a arrecadação crescia, o mínimo crescia. Esse mínimo passa a ser reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Claro que como o teto é para o total de despesas de cada Poder, o governo poderia potencialmente gastar acima do mínimo. No entanto, os benefícios previdenciários, por exemplo, continuarão crescendo acima da inflação por muitos anos, mesmo se aprovarem outra reforma da Previdência (mudanças demoram a ter impacto). Isso significa que o conjunto das outras despesas ficará cada vez mais comprimido.

O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso, por exemplo, pois a população cresce.

Outras despesas importantes para o desenvolvimento, que sequer têm mínimo definido, podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social,

investimentos em infraestrutura, etc. Mesmo se o país crescer...

### **6. Essa regra obteve sucesso em outros países?**

Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, e combinadas a outros indicadores. Além disso, nenhum país tem uma regra para gastos em sua Constituição.

### **7. Essa regra aumenta a transparência?**

Um Staff Note do FMI de 2012 mostra que países com regras fiscais muito rígidas tendem a sofrer com manobras fiscais de seus governantes. Gastos realizados por fora da regra pelo uso de contabilidade criativa podem acabar ocorrendo com mais frequência.

O país já tem instrumentos de fiscalização, controle e planejamento do orçamento, além de metas fiscais anuais. Não basta baixar uma lei sobre teto de despesas, é preciso que haja o desejo por parte dos governos de fortalecer esses mecanismos e o realismo/transparência da política fiscal.

### **8. A regra protege os mais pobres?**

Não mesmo! Não só comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como boa parte das despesas obrigatórias é indexada ao sa-

lário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização real — mesmo se a economia estiver crescendo.

O sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de magistrados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos. Se nem quando a economia crescer, há algum alívio nessa disputa (pois o bolo continua igual), é difícil imaginar que os mais vulneráveis fiquem com a fatia maior.

### **9. A PEC retira o orçamento da mão de políticos corruptos?**

Não. Apesar de limitar o tamanho, são eles que vão definir as prioridades no orçamento. O Congresso pode continuar realizando emendas parlamentares clientelistas. No entanto, o Ministério da Fazenda e do Planejamento perdem a capacidade de determinar quando é possível ampliar investimentos e gastos como forma de combate à crise, por exemplo. Imagina se a PEC 241 valesse durante a crise de 2008 e 2009?

### **10. É a única alternativa?**

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

# Audiência sobre cotas étnico-raciais reuniu representantes da sociedade

Antonio Scarpinetti



Na última quinta-feira (13), a Unicamp realizou a primeira audiência pública sobre as cotas étnico-raciais. Com o tema “Cotas e Ações Afirmativas: perspectiva histórica e o papel da Universidade Pública no Brasil”, a atividade é parte do compromisso firmado com o movimento grevista dos estudantes.

O intuito da audiência foi debater e subsidiar a discussão que será encaminhada ao Conselho Universitário (Consu) sobre a política de cotas como procedimento de ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade, baseando na necessidade de implementação de políticas

públicas de reparatórias e inclusão da comunidade, a partir do ponto de vista histórico do combate ao racismo no Brasil.

Apesar da pequena participação de membros do Consu (sete), o evento foi muito representativo e contou com presença marcante da comunidade universitária. A diretoria do STU compareceu e ressaltou que seu posicionamento é favorável à política de cotas étnico-raciais, para combater o racismo estrutural brasileiro, último país a abolir a escravidão no continente e que mantém discriminação contra o negro na sociedade.

A discussão deve permanecer fomentando o pensamento crítico sobre o atual funcionamento da Universidade, visando a luta por um espaço que forneça educação pública superior de qualidade e acessível para todos.

## CONFRATERNIZAÇÃO

### Convites para Jantar Dançante estão à venda. Participe da comemoração de 25 anos do STU

Para comemorar seus 25 anos de lutas e conquistas o STU realizará um Jantar Dançante no dia 28 de outubro (sexta-feira), das 20h até às 2h da madrugada de sábado.

O evento será realizado no Clube Fonte São Paulo e a diretoria do STU convida todos a participar deste momento de confraternização, com direito a música ao vivo e muita animação.

A entrada para os sócios do STU custará R\$ 40; não sócios pagam R\$ 60 e jovens (12 a 18 anos) pagam apenas R\$ 40. Cada sócio do sindicato poderá comprar, no máximo, cinco convites para associado. O convite dá direito a comida e bebida.

Os convites estarão disponíveis na secretaria

do STU, das 8 às 17 horas e no plantão de vendas no HC e Caism.

As unidades externas devem reservar seus convites com a secretaria do Sindicato ou entrar em contato com o funcionário Mauro (Piracicaba) ou o diretor Luiz Manoel (Limeira/FT).

O Clube Fonte São Paulo fica na rua José Paulino, 2138 – Vila Itapura – Campinas.

#### Plantão de Vendas de Convites

**HC** - Segunda, quarta e sexta-feiras: das 12 às 14h / das 17 às 19h30

**Caism** - Terça e quinta-feiras: das 12 às 14h / das 17 às 19h30